

PRÁTICAS DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: DESAFIOS E CONEXÕES

Data de aceite: 01/11/2024

Andrea Mafra Oliveira dos Santos

Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, especialista em educação especial pelo CESAP, licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2004) e licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal da Educação de Salvador (SMED). Salvador/Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4156289420324873>

Ricardo Borges Costa

Mestrando pelo GESTEC/UNEB, Especialista em Neuropsicologia e Educação Infantil pela Universidade Candido Mendes (UCM), Graduação em Pedagogia. Faculdade de Educação da Bahia (FEBA). Secretaria Municipal de Educação de Salvador/SMED Salvador/Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0822141595666982>

RESUMO: Nas últimas décadas, a educação inclusiva tornou-se um princípio fundamental no Brasil, guiada por diretrizes, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB nº 9.394/1996). Esses documentos enfatizam a importância das escolas regulares com orientação inclusiva para combater a discriminação e promover a participação de todos os estudantes em um ambiente escolar comum. O estudo apresentado enfoca o Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma escola municipal da cidade de Salvador, respaldado por legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 7.611/2011. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por dois profissionais que atuam na sala de recursos multifuncionais, suas práticas e conexões com os estudantes, suas famílias e os professores de sala de aula regular. Os resultados foram positivos, com avanços significativos na participação e no desempenho acadêmico dos estudantes, percebe-se uma maior autonomia e integração dos alunos no ambiente escolar, além de uma melhoria nas atitudes inclusivas por parte de toda a comunidade escolar em questão.

PALAVRAS-CHAVES: Sala de recursos multifuncional; práticas pedagógicas; desafios e conexões.

PERFORMANCE IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM: CHALLENGES AND CONNECTIONS

ABSTRACT: In recent decades, inclusive education has become a fundamental principle in Brazil, guided by directives such as the Salamanca Statement (1994) and the National Education Guidelines and Framework Law (LDB nº 9.394/1996). These documents emphasize the importance of regular schools with an inclusive orientation to combat discrimination and promote the participation of all students in a common school environment. The presented study focuses on the Specialized Educational Assistance (AEE) of the Multifunctional Resource Room (SRM) in a municipal school in the city of Salvador, supported by legislation such as the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (Law nº 13.146/2015) and Decree nº 7.611/2011. It is an experience report developed by a pair of professionals working in the multifunctional resource room, their practices, and connections with students, their families, and regular classroom teachers. The results were positive, with significant advances in student participation and academic performance, showing greater autonomy and integration of students in the school environment, as well as an improvement in inclusive attitudes by the entire school community in question.

KEYWORDS: Multifunctional resource room; pedagogical practices; challenges and connections.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem se consolidado como um campo de práticas educativas fundamental no Brasil, orientado por diretrizes internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) (Brasil, 1996). Esses documentos destacam a importância das escolas regulares com orientação inclusiva para combater atitudes discriminatórias e promover a participação de todos os estudantes em um ambiente escolar comum.

A Escola Municipal em estudo neste artigo busca atender a essa demanda inclusiva, oferecendo educação de qualidade e igualdade de oportunidades para estudantes com diversas necessidades educacionais. Este estudo apresenta o trabalho de uma dupla de profissionais na sala de recursos multifuncionais da escola, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A implantação do AEE nas escolas municipais é respaldada por importantes legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 7.611/2011) (Brasil, 2011). Além disso, há também a Resolução nº 038/2012 (Salvador, 2012) que estabelece diretrizes para a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), visando garantir a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais, e determina que todas as instituições de ensino público ofereçam o AEE de forma obrigatória e gratuito.

O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo principal atender às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de forma complementar e suplementar. A sala de recurso multifuncional proporciona: acessibilidade e adaptações curriculares que favorecem a aprendizagem, recursos e tecnologias assistivas que ampliam a capacidade de comunicação e interação dos estudantes, estratégias pedagógicas diferenciadas que atendem às especialidades de cada estudante.

Nesse contexto, a Escola em estudo foi inaugurada com o propósito de atender à crescente demanda educacional da comunidade local, abrangendo alunos desde a educação infantil (grupo 2) até o 3º ano do ciclo inicial da educação básica. A instituição conta com uma sala de recursos multifuncionais, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado.

Ao propor este relato, rememoramos experiências que revelam rotas de continuidade, motivos que trazem a intenção desta proposta. Dessa maneira, iniciamos a justificativa deste artigo a partir dos nossos fazeres enquanto sujeitos inacabados, indicando em vista disto o desejo de seguir analisando os desafios da educação e suas implicações políticas e sociais.

Motivado por inquietações e nossa experiência profissional, apresentamos este artigo reafirmando os pensamentos do educador Paulo Freire (1996), que nos propicia a entender a história, não como algo determinado/finalizado e sim como uma possibilidade de reconstrução do presente e de caminhos para a criação de novas projeções para o futuro.

Este relato de experiência descreve o trabalho desenvolvido por uma dupla de profissionais que atuam na sala de recursos multifuncionais de uma escola municipal na cidade de Salvador-Bahia. As atividades foram acompanhadas ao longo do ano letivo, observando-se a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e o uso de recursos e tecnologias assistivas.

Esse trabalho se iniciou com um diagnóstico detalhado das necessidades dos estudantes, em colaboração com professores da sala de aula regular e familiares. Esse levantamento foi fundamental para o planejamento de atividades personalizadas, individualizadas e a seleção de recursos pedagógicos adequados.

A experiência desses profissionais nessa Escola Municipal pode servir como modelo para outras instituições que buscam implementar práticas inclusivas e garantir o direito à educação de todos os estudantes.

2 | INTERLOCUÇÃO ENTRE A SRM, SALA DE AULA REGULAR E FAMÍLIAS: DESAFIOS E CONEXÕES

A Sala de Recurso Multifuncional (SRM) é um espaço fundamental no contexto educacional inclusivo, destinado a oferecer suporte especializado a alunos com

necessidades educacionais específicas. Ela é equipada com materiais e recursos pedagógicos especializados para auxiliar no desenvolvimento desses alunos. A interlocução com professores é fundamental para garantir que as estratégias e recursos utilizados na sala de recursos sejam integrados ao currículo escolar e que haja uma abordagem inclusiva em todo o ambiente escolar.

A sala de recursos dessa Escola Municipal funciona na sala 11 desta instituição. A sala é equipada com um quadro branco, uma mesa de professor, um balcão com uma pia, duas estantes e dois armários. Todo o material adquirido, como brinquedos, jogos pedagógicos e papéis, foi obtido através de doações de colegas da própria instituição ou comprado com o dinheiro próprio dos professores da sala de recursos. Essa falta de recursos se deve ao fato de a escola ter sido recentemente inaugurada e ainda não possuir um conselho escolar, o que dificulta a obtenção de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Instituído em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aloca recursos diretamente às escolas para a realização de pequenos reparos, manutenção de infraestrutura e aquisição de materiais de consumo e bens permanentes.

Em março de 2022, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) iniciaram os atendimentos aos alunos com deficiência, com o objetivo de eliminar as barreiras à inclusão. Por outro lado, sua inauguração oficial ocorreu no dia 2 de setembro de 2022. O evento contou com a presença dos pais das crianças com deficiência, da coordenação do setor de inclusão da prefeitura de Salvador, da gestão escolar e dos professores da instituição.

Os pais das crianças com deficiência foram receptivos à implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo a frequência dos alunos e mantendo um diálogo constante com os professores do AEE. Da mesma forma, os professores demonstraram receptividade, estabelecendo, nesse primeiro momento, um diálogo mais estreito para que a adaptação fosse realizada de forma efetiva, assegurando a participação ativa dessas crianças em sala de aula regular.

Os professores responsáveis por esses atendimentos são qualificados para desenvolver e implementar estratégias de ensino adaptadas, realizando avaliações individuais, planejando atividades personalizadas e colaborando com os professores do ensino regular para garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno dos alunos atendidos. São especializados em educação especial com ênfase em inclusão educacional e possuem experiência na área inclusiva, seja em sala de aula regular ou em ONGs (Organizações Não Governamentais).

Um ponto que dificulta e pode ser desafiador na atuação da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) é a falta de interlocução com o corpo docente da sala de aula regular. Essa barreira de comunicação pode resultar em uma desconexão entre as estratégias pedagógicas desenvolvidas na SRM e as atividades realizadas na sala de aula regular, prejudicando a eficácia do atendimento educacional especializado. Para superar esse

desafio, é necessário implementar diversas estratégias que minimizem essas barreiras e promovam uma colaboração mais estreita entre os professores da SRM e os professores da sala de aula regular.

A utilização das interfaces dos canais de comunicação é eficaz e fundamental para alinhar as estratégias pedagógicas e garantir a consistência no atendimento aos alunos com deficiência. O uso de e-mails e outras interfaces digitais podem facilitar a troca de informações entre os professores da SRM e da sala de aula regular. Esses canais permitem uma comunicação rápida e eficiente, possibilitando que os professores discutam o progresso dos alunos, compartilhem recursos e ajustem estratégias de ensino conforme necessário.

Aprofundidade dos horários específicos para planejamento interno e acompanhamento da coordenação pedagógica nas unidades escolares é crucial. Esses encontros devem ser estruturados de maneira regular, possibilitando uma discussão aprofundada sobre os planos educacionais individualizados (PEIs), estratégias pedagógicas e métodos de intervenção. Durante essas reuniões, os professores podem compartilhar suas observações, identificar desafios e pensar em soluções colaborativas para atender melhor às necessidades dos alunos. A participação da coordenação pedagógica nesses encontros garante que todas as decisões estejam alinhadas com as diretrizes da escola e proporciona um apoio adicional na resolução de problemas. Uma interlocução efetiva entre os professores da SRM e os professores da sala de aula regular traz diversos benefícios:

- **Consistência na Abordagem Educacional:** Quando os professores estão alinhados, os alunos experimentam uma abordagem educacional mais coesa e consistente, o que pode melhorar significativamente seu desempenho e desenvolvimento;
- **Compartilhamento de Conhecimentos e Recursos:** A troca regular de informações e recursos pedagógicos enriquece o repertório de ambos os professores, permitindo que utilizem uma gama mais ampla de estratégias para apoiar os alunos;
- **Apoio ao Desenvolvimento Integral dos Alunos:** Com uma comunicação eficaz, é possível desenvolver intervenções mais personalizadas que atendam tanto às necessidades acadêmicas quanto emocionais e sociais dos alunos; e
- **Fortalecimento da Educação Inclusiva:** A colaboração estreita promove um ambiente mais inclusivo e equitativo, onde as necessidades de todos os alunos são reconhecidas e atendidas de forma integrada.

Segundo Mantoan (2003), os professores da sala regular estão habituados a aprender de maneira fragmentada, criando resistência à formação em serviço, dessa mesma maneira, em geral eles veem os alunos deficientes ou com dificuldades de aprendizagem de forma homogênea, estabelecendo uma proposta de aula comum a todos

de forma unificada, apoiadas por uma organização pedagógica-escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade.

Essa visão é ingênua e equivocada, pois distorce a finalidade das ações e estratégias inclusivas educacionais postas pela legislação vigente LDB nº 9.394/1996 e políticas públicas da educação especial. Embora o trabalho na Sala de Recurso Multifuncional apresente seus desafios, as conexões significativas e o impacto positivo na vida dos alunos fazem dele um espaço essencial no panorama educacional inclusivo. Ao enfrentar os desafios com resiliência e comprometimento, educadores na SRM têm a oportunidade de fazer a diferença na vida de cada aluno que passa por suas portas.

Ao considerar a subjetividade inerente ao diálogo sobre os personagens envolvidos, emerge uma necessidade premente de explorar estratégias inclusivas que muitas vezes permanecem ocultas aos olhos daqueles que são destinatários. A discussão em torno das práticas inclusivas e suas implicações têm sido amplamente difundidas desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), LDBEN nº 9.394/1996 Capítulo V, Art. 58, Educação Especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” refletindo a importância social e educacional que essa temática adquiriu. Assim como Resolução CNE/CP nº 2/2011, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Segundo Kafrouni e Pan (2001), ao que se refere à educação especial orientada pela LDBEN (Brasil, 1996), é necessária a capacitação dos professores não só para programas especializados, como também para o ensino regular. O processo de integração não é facilmente alcançado tão somente com a implantação de uma lei; exige uma série de medidas, planejamento estratégico gradativo de reformulação do ensino, e que os profissionais de educação precisam se apropriar de conhecimentos em diversas áreas (Psicologia, Pedagogia e Arquitetura) para gerar um saber interdisciplinar voltado à prática inclusiva nas classes regulares. Esse reflexo de uma abordagem limitada resulta em mecanismos discriminatórios com condutas de “coerção e normatização”.

Compreender essa perspectiva é essencial para identificar os pontos de partida na construção de uma abordagem mais inclusiva, abrangente e concepções pedagógicas interativas centradas no/a aluno/a objetivando proporcionar caminhos e possibilidades de desenvolvimento do educando. À medida que avançamos, torna-se imperativo fornecer propostas e estratégias que favoreçam a construção equitativa do conhecimento. Ao fazê-lo, estamos abrindo caminho para uma educação que não apenas se esforça pela igualdade, mas também reconhece e valoriza a diversidade de cada educando.

Reconhecemos, assim, o educando não somente como um receptor passivo de informações, mas como um ativo construtor de sua própria história educacional. Em última

análise, ao enfrentarmos os desafios da inclusão educacional, buscamos não apenas alinhar as práticas educativas com as diretrizes e resoluções inclusivas, mas também honrar a individualidade de cada estudante, garantindo que a educação seja verdadeiramente um veículo de capacitação, igualdade e transformação.

2.1 UM BREVE RELATO DOS DESAFIOS ÀS CONEXÕES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Na escola observada neste artigo, a interlocução com os professores teve início de maneira tímida e sem grande interesse por parte dos docentes da sala de aula regular, sendo a procura direcionada principalmente para contenção em casos de desregulação. Por outro lado, observou-se uma significativa evolução dos alunos em termos de autorregulação, permanência em sala de aula, flexibilização das atividades e maior interação por meio de reuniões presenciais nas horas de Atividade Complementar (AC), ou através de WhatsApp e e-mail. A Atividade Complementar (AC) constitui-se como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do/da professor/a, destinado ao planejamento e organização de suas atividades, podendo ser realizada de forma individual ou coletiva.

Ao final do ano de 2022, na pré-jornada, juntamente com a coordenação pedagógica, foi discutida a eficiência da interlocução dos professores da sala de aula regular com os professores de AEE. Concluiu-se que os alunos cujos professores mantinham essa interlocução apresentaram um desenvolvimento pedagógico superior.

Dessa maneira, verificou-se que essa interlocução era necessária e, em 2023, houve um aumento no número de reuniões entre os professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e os professores da sala de aula regular. Observou-se uma maior procura, principalmente nas ACs internas, para a construção de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) e para a adaptação das atividades. Percebeu-se que os alunos foram beneficiados com atividades que propiciaram seu crescimento pedagógico, interação e autorregulação, diminuindo as barreiras encontradas.

A comunicação entre o professor da sala de recurso multifuncional e as famílias dos alunos com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem é vital para garantir uma abordagem holística e eficaz no desenvolvimento educacional das crianças. Esse processo envolve uma interação abrangente e integrada, essencial para o sucesso dos alunos.

O professor da sala de recurso deve cultivar uma escuta ativa e empática, acolhendo as preocupações e emoções dos pais com sensibilidade. É importante oferecer apoio emocional e validar os sentimentos durante o processo de aceitação do diagnóstico. Além disso, é fundamental estabelecer uma comunicação transparente e respeitosa, fornecendo informações claras sobre as necessidades educacionais do aluno e as estratégias de apoio que serão implementadas na sala de recurso, visando a promover um desempenho equitativo na sala de aula regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), é um documento fundamental que estabelece diretrizes para a promoção da educação inclusiva no Brasil. Essa política representa um marco importante na busca por uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Entre os principais aspectos abordados por essa política estão: Acesso e permanência na Escola regular; Atendimento Educacional Especializado (AEE); formação de professores; organização de Salas de Recursos Multifuncionais; e colaboração com famílias e comunidade.

Essa política representa um compromisso do Estado brasileiro com a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e alcançar o sucesso educacional.

Ao adotar uma abordagem centrada na empatia, colaboração e respeito mútuo, o professor da sala de recurso multifuncional pode desempenhar um papel significativo no apoio não apenas ao desenvolvimento escolar, mas também ao bem-estar emocional e social dos alunos e suas famílias. Essa parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso educacional e pessoal das crianças. Muitas vezes, famílias de alunos com necessidades especiais enfrentam desafios significativos e precisam de orientação e suporte.

A comunicação entre professores, terapeutas e instituições parceiras garante que as famílias recebam informações coerentes e coordenadas sobre o progresso do aluno, bem como orientações práticas para apoiar o desenvolvimento da criança em casa. Esse suporte integral fortalece a rede de apoio ao aluno e amplia o repertório comunicacional e atitudinal.

A relação entre os professores do AEE e os pais e responsáveis dos alunos com deficiência da Escola Municipal observada sempre foi de muita confiança e respeito, o que facilitou significativamente o desenvolvimento dos alunos e a implementação de estratégias pedagógicas eficazes, além de se permitirem participar plenamente das atividades propostas.

Essa interlocução com os familiares ocorre sempre através de reuniões ou devolutivas, tanto presencialmente quanto via WhatsApp. Dessa maneira, os pais se sentem confiantes, ouvidos e com suas observações levadas em consideração, uma vez que as crianças passam a maior parte do tempo com seus familiares. Os pais conhecem as peculiaridades dos filhos, o que auxilia nos atendimentos e permite que essas informações sejam utilizadas de maneira eficaz para o benefício das crianças. Essa sensação de segurança é transmitida para os atendimentos na sala de recursos, onde as crianças entram confiantes.

3 | PONTUANDO ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observamos que os resultados foram positivos, com avanços significativos na participação e no desempenho acadêmico dos estudantes. Percebemos uma maior autonomia e integração dos alunos no ambiente escolar, além de uma melhoria nas atitudes inclusivas por parte de toda a comunidade escolar.

A escola é o lugar em que esse aluno está sendo formado para a vida pública. A sala de recursos multifuncionais e o AEE, ao fazer parte do conjunto de serviços da escola comum, propiciam mais uma oportunidade para que esse aluno aprenda a conviver com o outro, no confronto com as diferenças. Constitui também um aprendizado para os demais colegas poderem viver uma experiência com as diferenças desde os primeiros tempos da escola, o que de certo beneficiará a todos na vida pública e cidadã. Por isso, é mister fazer prevalecer a oferta do AEE em salas de recursos multifuncionais das escolas comuns, evitando-se a prática mais usual e excludente de transformar escolas especiais em centros de atendimento especializado (Mantoan, 2010, p. 36).

A implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Municipal observada revelou-se uma estratégia eficaz para promover a inclusão e atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes. A experiência destaca a importância de um planejamento cuidadoso, do uso de recursos adequados e da colaboração entre profissionais da educação, alunos, famílias, terapeutas e instituições parceiras, para garantir uma educação de qualidade e equitativa.

Por outro lado, nessa interlocução entre famílias e sala de recursos ainda existem alguns desafios, dentre eles podemos citar:

- A falta de engajamento no processo educacional de seus filhos devido a diversos fatores, como falta de tempo, recursos financeiros limitados ou ausência de conhecimento sobre a importância de sua participação; e
- A desinformação sobre deficiências e preconceitos sociais podem influenciar negativamente a percepção das famílias sobre o potencial e as capacidades de seus filhos e também as expectativas irrealistas sobre o progresso e os resultados que o AEE pode proporcionar, o que pode levar a frustrações e conflitos.

Ao enfrentar esses desafios e proporcionar conexões, mais inquietações surgem para a atuação do/da docente no AEE: quais outras estratégias eficazes nas SRM podemos promover nesse ambiente educativo para que seja mais inclusivo e colaborativo, e por consequência beneficiar tanto os/as alunos/as com deficiência, transtornos e altas habilidades quanto suas famílias?

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da Escola Municipal observada revela um panorama desafiador, porém promissor na implementação

de práticas educacionais inclusivas. A educação inclusiva no Brasil, guiada por importantes legislações, como a LDB nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015), encontrou na SRM um espaço essencial para atender às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades apregoados pela lei.

Os desafios enfrentados pela dupla de professores da SRM incluem a diversidade das necessidades dos alunos, a falta de recursos materiais e a necessidade de formação contínua dos profissionais. Esses desafios, no entanto, também impulsionam a busca por novas estratégias e a inovação pedagógica. A comunicação eficaz com os professores da sala regular é fundamental para alinhar as práticas pedagógicas e garantir uma abordagem educacional coesa. A utilização de interfaces digitais, horários específicos para planejamento e o acompanhamento da coordenação pedagógica são estratégias essenciais para superar as barreiras de comunicação e promover a colaboração entre os profissionais.

A interlocução entre os professores da SRM e as famílias dos alunos é outro aspecto crucial, proporcionando um suporte integral que vai além do ambiente escolar. A empatia, a escuta ativa e a comunicação transparente são práticas que fortalecem a parceria escola-família, essencial para o desenvolvimento educacional e emocional dos estudantes.

Essa experiência serve como um modelo para outras instituições que buscam implementar práticas inclusivas. Ao enfrentar os desafios com resiliência e comprometimento, os profissionais da SRM não apenas cumprem um papel educativo, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial. Decreto nº 7.611/2011.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 55.

KAFROUNI, Roberta Mastrantonio; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da Educação Básica: um estudo de caso,** InterAÇÃO, Curitiba, 2001, p. 5, 31 a 46.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação dos. **Atendimento educacional especializado**: políticas públicas e gestão nos municípios, São Paulo, Moderna, 2010. — (Coleção cotidiano escolar).

SALVADOR. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Nº 038/2013**. Publicada no DOM de 10/12/2013.